

EDUCAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS): POSSIBILIDADES, ABORDAGENS E REFLEXÕES ACERCA DA EXPLORAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA

Josué Barreto da Silva Júnior¹
Milene Trajano da Silva²

RESUMO

A sociedade contemporânea tem sido caracterizada pela ascensão e consolidação dos elevados níveis de consumo. Fundamentada na tríade envolvendo produção em escala, consumo massivo, e a concentração exponencial do lucro, o modelo social hegemônico tem sido marcado por fortes contradições e por constantes ações interventivas sobre o ambiente, gerando impactos negativos (com formas variadas e intensidade múltiplas). Assim, torna-se essencial construção de estratégias que favoreçam a mudança de posturas (individuais e coletivas), rompendo o paradigma dominante vigente. A Educação Ambiental (EA) enquanto importante instrumento de transformação, assume uma centralidade no direcionamento para uma nova consciência ambiental. Visando contribuir nesta dimensão, o presente artigo busca trazer ao debate da educação, o papel da percepção ambiental na construção de reflexões e possibilidades para abordar as principais problemáticas socioambientais da atualidade em sala de aula. Para tanto, o referido estudo se apropria do método fenomenológico, enquadrando-se a pesquisa enquanto bibliográfica. Buscou-se o debate dos principais conceitos e temas essenciais no desenvolvimento da educação ambiental, subsidiando a mediação da construção da percepção ambiental dos educandos diante das problemáticas socioambientais contemporâneas. Assim, trazemos para o debate teórico-conceitual temas importantes como educação ambiental, percepção ambiental e protagonismo juvenil ambiental. Desta forma, destaca-se enquanto reflexões principais, a necessidade da ampliação do debate na educação básica acerca das questões inerentes a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, e a implementação da educação ambiental transversalmente, com caráter contínuo no cotidiano escolar. Destaca-se ainda, a carência de estratégias que busquem sensibilizar os discentes sobre os impactos do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea, e as possibilidades de engajamento por meio da efetivação do protagonismo juvenil, e inserção da comunidade escolar enquanto agente ambiental multiplicador e fiscalizador.

Palavras-chave: Educação ambiental; Sustentabilidade; Educação.

¹Doutor em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor da Educação Básica, josuebarretojunior@gmail.com;

²Mestra em Educação - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora da Educação Básica, mtsmilene@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se caracterizada pela intensificação do setor produtivo, e por seus elevados níveis de consumo. Dada a ascendência, e consolidação do modelo societário vigente, identifica-se em sua base estruturante a tríade envolvendo a produção em escala, consumo massivo, e a forte concentração de riquezas (com crescimentos exponenciais do lucro). Assim, a sociedade de consumo se nutre das desigualdades sociais, simultaneamente que simultaneamente que expropria os recursos naturais do planeta e explora os recursos humanos das mais variadas partes do planeta.

Porém, visando manter ativa as engrenagens deste mecanismo, o paradigma social dominante tem atuado massivamente ao longo dos tempos na fundamentação de valores e crenças que fortalecem o ideário do sistema capitalista. Desta forma, a mídia, a educação e a cultura foram instrumentalizadas para propagar a essencialidade do desenvolvimento das relações entre produção-consumo-lucro. Com isso, o crescimento a qualquer custo passou a ser introduzidos na sociedade, pautando ideologias, políticas e agendas institucionais, que aceitos passivamente pelos mais variados grupos sociais, tornou-se hegemônica na sociedade contemporânea. Diante disso, o paradigma social dominante capitalista atua na constituição de fortes externalidades ao planeta (no qual podemos elencar impactos socioambientais, poluições e degradações ambientais e supressão da biodiversidade e destruição de ecossistemas), que afetam com maior severidade principalmente as populações de menor poder aquisitivo.

Desta forma, torna-se essencial a construção de estratégias que favoreçam a mudança de posturas (individuais e coletivas), rompendo o ideário do paradigma dominante vigente. Compreendida a necessidade de transformação de valores éticos e normas sociais, a Educação Ambiental (EA) apresenta-se como importante instrumento de transformação e de desenvolvimento para uma nova consciência ambiental, com a construção de uma frente antagônica ao paradigma social dominante, buscando reconstituir o elo entre sociedade-natureza rompido com a fragmentação imposta pelo capitalismo, através de apropriações de métodos como a teoria sistêmica e o estudo da complexidade.

A EA apresenta-se enquanto instrumento de exercício da consciência diante as principais questões ambiental (fortalecimento das relações sociedade-natureza), capacitando o indivíduo mensurar o impacto de tais ações no planeta tanto na dimensão espacial (local, regional e global), quanto no aspecto temporal. Fomenta-se por meio da EA o desenvolvimento do respeito ambiental (pela natureza e por sua biodiversidade), desenvolvendo-se no indivíduo

a ideia de pertencimento a natureza, dando a este a noção de protagonista ambiental, no qual é possibilitado o desenvolvimento de ações que minimizem os efeitos nocivos ao meio.

Buscando atender o objetivo proposto, a referida pesquisa se caracteriza enquanto bibliográfica, na qual se busca debater conceitos centrais de análise, bem como temáticas periféricas que corroborem para análise das principais problemáticas. Desta forma, busca-se debater a relação entre Educação Ambiental, Percepção Ambiental e o Protagonismo Juvenil, enquanto bases e elementos essenciais para a construção estratégica para gerar engajamento, sensibilidade e conhecimentos acerca das principais problemáticas socioambientais contemporâneas, como: desastres, degradações, poluições e externalidades negativas das mais variadas ordens.

Dentro desta perspectiva, o referido estrutura-se em quatro importantes partes, que conectadas, dão sentido a proposta de estudo lançada. Além da introdução, onde delinea-se a proposta, mostrando sua relevância acadêmica e social, bem como resume-se metodologicamente, e a justifica, expondo seu objetivo central, destaca-se os demais elementos constitutivos: metodologia, resultados e discussão, e por fim suas considerações finais.

Na seção metodologia, destaca-se o escopo temático e temporal da pesquisa. Encontramos neste departamento o enquadramento metodológico, demarcando-se o caminho que foi percorrido durante sua produção. Indica-se neste, o delineamento metodológico, com a descrição de suas características técnicas, reafirmando o caráter de cientificidade do estudo. Por conseguinte, encontramos a seção de revisão teórica.

No compartimento de Resultados e discussão, se desenvolve o debate posto acerca dos principais questionamentos: Como vem se desenvolvendo a educação ambiental e o desenvolvimento da percepção ambiental nos educandos do ensino fundamental (anos finais)? O debate apresentado aos alunos tem contemplado os seus principais interesses e favorecido o desenvolvimento da sua sensibilização e engajamento frente as principais problemáticas ambientais? Quais as estratégias possíveis? Como podemos inserir a Educação ambiental e as problemáticas socioambientais contemporâneas no cotidiano escolar e gerar agentes multiplicadores? Destaca-se ainda, e o debate teórico e analítico acerca das categorias centrais e periféricas que norteou proposta de artigo. Enfatiza-se a sistematização das múltiplas correntes de pensamento que tratam da temática, bem como se atualiza e debate os conceitos com a clássicos (autores consagrados diante a comunidade acadêmica), simultaneamente que se atualiza as bases conceituais com a introdução de pesquisas recentes contidas em: artigos, dissertações e teses, dando assim, uma roupagem contemporânea acerca do tema em questão.

Por fim, no compartimento “considerações finais” enfatiza-se os aspectos conclusivos do artigo, apresentando a síntese e os encaminhamentos produzidos através das reflexões realizadas, e no desenvolvimento das análises críticas do tópico anterior (resultados e discussões), apresentando-se temáticas que possibilitem o surgimento de novas pesquisas e incentive o debate acerca da temática em questão.

METODOLOGIA

Correspondendo enquanto parte integrante de um estudo envolvendo educação e percepção ambiental no ensino fundamental (anos finais) da Unidade Municipal de Ensino Fundamental Padre Paulo Roberto de Oliveira em Sumé-PB, o referido artigo fundamenta-se no debate teórico-conceitual envolvendo educação e percepção ambiental dos educandos que compõe o quadro de alunos do 6º ao 9º ano do referido estabelecimento de ensino. Compreendendo a subjetividade e a complexidade que envolve a temática ambiental, utiliza-se enquanto instrumento de análise o método fenomenológico. Identificando que as relações que envolvem o meio ambiente se inserem na ordem do dia, afirma-se a necessidade da construção de um novo olhar, bem como a confirmação de novas posturas, e condizentes na mudança de valores, crenças e ações. Com isso, apropria-se da fenomenologia no referido estudo, um vez que esta consiste em uma corrente filosófica que busca desenvolver uma compreensão mais aprofundada das percepções humanas, para isso a mesma suspenso preconceitos e concepções prévias, tendo enquanto norte investigativo a experiência (Merleau-Ponty, 2018; Gadamer, 2015).

No que refere-se ao enquadramento metodológico, destaca-se preliminarmente o seu viés qualitativo, no qual se expõe o debate envolvendo, a percepção e educação ambiental frente os principais problemas socioambientais que estão intrínsecos na sociedade contemporânea. Sendo a pesquisa qualitativa é um meio de explorar e compreender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve questões e procedimentos emergentes, dados normalmente coletados no ambiente dos participantes, análise de dados construindo indutivamente de temas particulares para temas gerais, e o pesquisador fazendo interpretações do significado dos dados (Creswell, 2013).

Quanto a natureza da pesquisa, a mesma se caracteriza enquanto pesquisa do tipo aplicada, uma vez que se buscou apresentar alternativas as principais problemáticas socioambientais contemporâneas, através da exploração da EA e o uso da percepção ambiental. Neste norte interpretativo, a pesquisa aplicada caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que

ocorrem na realidade, abrangendo estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem. (Marconi e Lakatos, 2017; Gil, 2019).

Classificando o referido estudo quanto ao seu objetivo proposto, o mesmo enquadra-se como pesquisa ou estudo explicativo. Gil (2019) expõe que a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Para tanto, a referida pesquisa buscou estabelecer relação direta entre os fatores e elementos centrais que determinam a percepção ambiental dos educandos no ensino fundamental (anos finais).

Por fim, quanto aos procedimentos de pesquisa, a mesma enquadra-se enquanto bibliográfica, no qual se revisita as principais obras consagradas acerca das temáticas abordadas, atualizando-as com estudos recentes, contidos em artigos, dissertações e teses, pautando-se assim, na transitividade do debate clássico. Desta forma, propõe-se à análise das diversas posições sobre um problema.

CRISE AMBIENTAL E PARADIGMA SOCIAL DOMINANTE: DO PENSAMENTO ANTROPOCENTRICO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A crise ambiental e o Paradigma Social Dominante (PSD) são termos intrínsecos, e centrais na construção do mosaico interpretativo das relações sociedade-natureza. O PSD tem como base pensamento antropocêntrico, que por meio de sua abordagem filosófica e cosmológica, hierarquiza as relações entre sociedade-natureza, centralizando a primeira (situando em primeiro plano), simultaneamente que busca periferizar a segunda. O saber antropocêntrico é a crença de que os humanos são os seres centrais ou mais importantes do mundo, sendo outras entidades valorizadas apenas em relação à sua utilidade para os humanos. Para tanto, complementamos que a racionalidade, a moralidade são preceitos que fundamentam o antropocentrismo, simultaneamente que coloca a natureza enquanto conjunto de recursos disponíveis para atender as demandas sociais, e movimentar as engrenagens do sistema capitalista (produção-consumo-lucro).

A crise ambiental tem se aprofundado com o desenvolvimento do sistema capitalista, e o aprofundamento de suas relações. Eventos extremos e as mudanças climáticas, são potencializadas pelas ações sem planejamento, gerando um impacto negativo sobre os sistemas ambientais e agravando a saúde ecossistêmica e conseqüentemente colocando em xeque a

qualidade de vida das sociedades nas mais variadas regiões do mundo. Com o surgimento e aprofundamento das crenças de apropriação dos recursos naturais a qualquer custo, tem-se gerado rupturas ecossistêmicas e impactado o ambiente nas mais variadas partes do mundo, e em diferentes níveis.

O Paradigma em vigência, se fundamenta nas bases constituintes do pensamento antropocêntrico. Para este, enfatiza-se o controle e manipulação dos elementos físicos, compreendidos enquanto inanimados e geradores de matéria-prima para a produção em escala, sendo funcional ao desenvolvimento e obtenção de vantagens econômicas. Corroborando com este pensamento, Polli e Camargo (2016), destacam que essas crenças compõem o chamado "Paradigma Social Dominante", ou visão antropocêntrica, em que o meio ambiente ou a natureza é vista como um aglomerado de elementos físicos inertes, sendo que ela pode e deve ser controlada pelos seres humanos, e serve para possibilitar ganhos econômicos.

Dada as formas e meios de produção capitalista, e a ideologia de consumo desmedido que transpõe os limites do campo econômico, incidindo principalmente na concepção de natureza e nas interações da sociedade com a natureza. Vargas (2019), trata a concepção apresentada, afirmando que a atual crise na relação natureza-sociedade exige uma nova forma de pensar a estrutura do modo e dos meios de produção capitalista, o consumo exacerbado, a ciência e a tecnologia, em suma, a forma como entendemos e como nos relacionamos com a natureza, sendo necessário repensar a forma como produzimos e consumimos, levando em consideração os recursos naturais e os impactos ambientais. Nesta perspectiva, é salutar (re)pensar sistematicamente o desenvolvimento e suas implicações para com o ambiente. O desenvolvimento das atividades econômicas e o processo de exploração de recursos naturais, bem como a produção de resíduos, quando apoiados na ciência e tecnologia, pode compreender enquanto mecanismos norteadores para soluções e inovações que promovam a sustentabilidade e minimizem os impactos negativos no meio ambiente.

A EDUCAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: BASES E PERSPECTIVAS PARA UMA ABORDAGEM SISTÊMICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A percepção tem sido instrumento metodológico multidisciplinar, logo tem sido aplicada nos mais variados campos do conhecimento. Caracterizada por sua interdisciplinaridade, a percepção recebe contribuições dos mais variados campos do conhecimento. Dotada de subjetividade, a percepção consiste enquanto ferramenta estratégica para a construção de interpretações, a partir do olhar gerado pelos mais variados atores, construindo assim, um mosaico conceitual-interpretativo sobre o fenômeno observado.

No campo ambiental, a percepção tem como foco o ambiente em suas múltiplas dimensões (social, cultural e físico), sendo elemento essencial para compreender como se desenvolvem as relações entre sociedade e natureza. Para Oliveira e Corona (2008) a Percepção ambiental busca entender como as pessoas concebem o mundo, assimilam seus princípios e valores e, a partir desses, respondem com ações relacionadas ao ambiente, sensibilizando-se diante da crise socioambiental. Já para Rodrigues et al (2012), a percepção ambiental pode ser definida como a tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Os autores exploram as relações intrínsecas existentes entre valores princípios na construção de ações e tomada de consciência, que consistem enquanto bases essenciais para o desenvolvimento da consciência ambiental e de medidas protetivas, que prezam pela saúde ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, a percepção ambiental pauta-se pela democratização e comunicação, sendo um mecanismo de interação-resposta no qual o indivíduo por meio de valores, experiências e culturas, expressam não apenas a sua visão de mundo, mas também como estabelecem as suas relações para com o ambiente. Outra importante dimensão dos estudos da percepção ambiental, compreende seus contributos na construção e aperfeiçoamento de políticas ambientais Para Carvalho (2015), as políticas bem-sucedidas devem levar em consideração a forma como a população percebe e valoriza os recursos naturais, despertando na gestão atenção atentos às percepções da comunidade, buscando o diálogo e a participação ativa na tomada de decisões.

Nesta perspectiva, as relações envolvendo percepção, políticas públicas e ação ambiental, passam na constituição de arenas democráticas, que por meio da gestão participativa, construa canais de interação para a tomada de decisões acerca das relações sociedade-natureza, valorizando os atores e comunidades na construção das políticas ambientais e na execução de medidas sustentáveis, aplicáveis cotidianamente na sua interação com o meio. Indica-se assim, a composição de estratégias de sensibilização por meio da educação e ações ambientais que ressoem nos diferentes grupos, e que culminem na transformação de posturas, e edifique práticas de preservação ambiental, que conseqüentemente configurem enquanto respostas para a busca do desenvolvimento sustentável.

Para Leff (2001), a percepção ambiental não se restringe apenas à observação direta, mas também envolve a compreensão dos sistemas ecológicos complexos que sustentam a vida na Terra. Nesta perspectiva, a percepção ambiental engloba uma concepção holística em que há uma apreciação profunda e abrangente da interconectividade entres os seres e a humanidade.

Com isso, a percepção ambiental consiste enquanto instrumento estratégico para a construção de uma nova consciência ambiental, refletindo na interação entre os indivíduos, e destes com o ambiente, influenciando atitudes e ações comportamentais para com a natureza.

A percepção ambiental, segundo Dias (2010), refere-se à capacidade do ser humano de interpretar e compreender os elementos que compõem o ambiente ao seu redor. Essa percepção não é apenas sensorial, mas também cognitiva e emocional, envolvendo a maneira como as pessoas atribuem significado e valor aos elementos naturais e aos espaços que habitam. Portanto, ela desempenha um papel crucial na formação da consciência ecológica, influenciando as atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente.

Com isso, é fundamental destacar que a percepção ambiental não é uniforme e varia de acordo com fatores individuais e culturais. Como ressalta Guimarães (2008), a maneira como uma pessoa enxerga e interpreta a natureza é moldada por suas experiências, valores e crenças. Por exemplo, em uma comunidade urbana, a percepção de um parque pode ser associada a um local de lazer e escape do estresse cotidiano, enquanto em uma comunidade rural, o mesmo espaço pode ser visto como parte integrante do modo de vida e subsistência. Portanto, compreender essas diferenças é essencial para promover ações efetivas de preservação e conservação ambiental.

Além disso, a percepção ambiental desempenha um papel crucial na formulação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Conforme aponta Carvalho (2015), políticas bem-sucedidas devem levar em consideração a forma como a população percebe e valoriza os recursos naturais. Ignorar essa dimensão pode levar a medidas ineficazes e até mesmo conflituosas. Portanto, é imperativo que os gestores públicos e ambientais estejam atentos às percepções da comunidade, buscando o diálogo e a participação ativa na tomada de decisões.

Para Silva (2017), a Educação Ambiental destaca-se por seu papel na construção do desenvolvimento da percepção ambiental, que através das práticas pedagógicas que estimulem a observação e a reflexão sobre o ambiente, ampliando a compreensão e a sensibilidade dos indivíduos sobre a natureza, repensando a sua relação com esta. Com isso, ao fundamentar a percepção enquanto mecanismo de transformação ambiental, torna-se essencial a edificação de métodos eficientes de comunicação. Pautados na acessibilidade e no engajamento dos mais variados agentes ambientais, a comunicação ambiental deve-se pautar na transmissão de informações e na oportunização de conhecimento, que através da EA fomente a consciência ambiental.

A eficácia da educação ambiental está diretamente ligada à sua aplicação em diversos contextos, desde a sala de aula até a vivência cotidiana. Neste sentido, Carvalho (2008) ressalta

a importância de uma abordagem interdisciplinar, que integre conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma compreensão abrangente dos desafios ambientais. Além disso, a educação ambiental deve ser participativa e engajadora, estimulando a reflexão crítica e a ação concreta em prol da preservação do meio ambiente. Outro aspecto fundamental da educação ambiental é a promoção do senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao ambiente. Segundo Leff (2001), é essencial que os indivíduos se percebam como parte integrante dos ecossistemas e reconheçam a sua influência sobre eles. Dessa forma, a educação ambiental contribui para a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel na conservação da biodiversidade e na promoção de práticas sustentáveis.

A educação ambiental é um campo vital e em constante evolução que busca promover a compreensão e a conscientização sobre as interações complexas entre os seres humanos e o meio ambiente que os rodeia. Segundo Figueiredo (2018), ela transcende os limites da sala de aula, permeando todos os aspectos da vida cotidiana e fomentando uma abordagem crítica e reflexiva em relação aos desafios ambientais atuais. Dessa forma, a educação ambiental se configura como um instrumento essencial na formação de cidadãos ambientalmente conscientes e responsáveis.

Para Corrêa (2020), a abordagem da educação ambiental deve ser ampla e integrada, incorporando não apenas o conhecimento científico, mas também os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao meio ambiente. Essa perspectiva multidisciplinar permite uma compreensão mais abrangente dos problemas ambientais e das possíveis soluções, capacitando os indivíduos a atuarem de maneira proativa na promoção da sustentabilidade.

Além disso, a educação ambiental desempenha um papel crucial na formação de uma consciência crítica e participativa. Conforme destaca Loureiro (2012), ela estimula a reflexão sobre as próprias práticas e o papel de cada indivíduo na construção de um mundo mais sustentável. Ao promover a participação ativa na resolução de problemas ambientais, a educação ambiental empodera os cidadãos e fortalece a capacidade coletiva de transformação. Dado os níveis de desenvolvimento das múltiplas atividades humanas na contemporaneidade, tem-se questionado o desencadeamento de externalidades negativas sobre o meio ambiente, simultaneamente que estas tem afetado a dinâmica ambiental nas mais variadas escalas espaciais (do local ao global).

A educação ambiental compreende uma ferramenta estratégica de equacionamento das relações entre sociedade-meio, pautada na absolvição de conceitos essenciais, a educação ambiental tem enquanto foco o desenvolvimento do protagonismo ambiental, frente as

principais problemáticas socioambientais. Centralizada na formação do indivíduo, a educação ambiental visa estabelecer rupturas frente ao paradigma social dominante, favorecendo o desenvolvimento de habilidades, promovendo a formulação de uma nova consciência ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental, como o principal foco desta discussão, vai além de sua função convencional de simplesmente transmitir informações, surgindo como um recurso estratégico e dinâmico para promover uma consciência crítica e participativa frente aos desafios ambientais. Enfatizamos a necessidade de adotar metodologias que não apenas informem, mas também estimulem o pensamento crítico, promovendo uma compreensão profunda e relevante das complexas interações entre sociedade e natureza.

A percepção ambiental, por outro lado, desempenha um papel vital na formação dos alunos, sendo uma construção cognitiva e emocional intimamente ligada à compreensão do ambiente e das relações sociedade-natureza. Destacamos a importância de desenvolver uma consciência sensorial e emocional que vá além da mera observação, capacitando os alunos a internalizar a interdependência entre suas ações individuais e os ecossistemas globais.

No contexto da liderança juvenil ambiental, convergem considerações relevantes para a promoção de uma atitude ativa e transformadora por parte dos alunos no cenário ambiental. Este aspecto da liderança engloba não apenas a conscientização, mas também a habilidade de influenciar positivamente o ambiente ao redor através de ações práticas e envolvimento ativo em iniciativas voltadas para a preservação e conservação ambiental.

Ao integrar e aprofundar esses conceitos, delineamos um cenário no qual a educação ambiental atua como catalisador na formação de indivíduos não somente capazes de internalizar conhecimentos, mas também de desenvolver uma percepção ambiental aguda e exercer uma liderança juvenil eficaz no campo ambiental. Esta abordagem educacional, distante de aderir a paradigmas tradicionais, visa formar cidadãos críticos, conscientes e ativos na promoção da sustentabilidade, sendo um instrumento essencial para mitigar os desafios socioambientais que permeiam nossa atualidade

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: **Cortez Editora**, 2008.
- CARVALHO, I. C. M. Comunicação e Sociedade: práticas e estudos críticos. Petrópolis: **Vozes**, 2015
- CORRÊA, A. C. Educação ambiental para a sustentabilidade: fundamentos, práticas e desafios. Curitiba: **Appris**, 2020.
- CRESWELL, J. W. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. **Sage publications**. 2013.
- DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: **Gaia**, 2010.
- FIGUEIREDO, S. M. G. (2018). Educação ambiental e formação para a cidadania: caminhos para a sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, V 22 (1), P 29-38, 2018
- GADAMER, H. G. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: **Vozes**. 2015.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. Ed. São Paulo: **Atlas**, 2019.
- LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: **Vozes**, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora: rumo à sociedade sustentável. São Paulo: **Cortez Editora**, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: **Atlas**, 2017.
- MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: **Martins Fontes**. 2018.
- OLIVEIRA, K. A. de; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**, P.53 – 72, 2008.
- POLLI, Gisele Mocelin e CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais do meio ambiente para pessoas de diferentes faixas etárias. **Psicologia em revista**. vol.22, n.2, pp. 392-406, 2016.
- RODRIGUES, M. L., MALHEIROS, T. F., FERNANDES, V. DAGOSTIN DARÓS, T. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**, V 21, P. 96–110, 2012.
- SILVA, A. B. Educação Ambiental: teoria e prática no contexto escolar. Campinas: **Editora Átomo**, 2017.
- VARGAS, F. A. Geografia e natureza: reflexões sobre a relação natureza-sociedade. In: Observatorium: **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 39-59, jan./abr. 2019.